

## **MEMORIAL INTERNAÇÕES TERAPÊUTICAS**

O MUNICÍPIO contrata a CONTRATADA , sob o regime de empreitada global, compreendendo materiais, espaço físico e mão-de-obra, para tratamento e recuperação de pacientes com quadro de dependência química (intoxicação e/ou abstinência decorrente do uso de substâncias lícitas e ilícitas) em regime de 24 h diárias.

Os serviços a serem executados pela CONTRATADA(as) compreendem a disponibilização de 20 (vinte) vagas masculinas mensais para pacientes acima de 18 anos; 06 (seis) vagas femininas mensais para pacientes acima de 18 anos; 03 (três) vagas mensais para adolescentes do sexo masculino entre 12 a 18 anos incompletos; e 03 (três) vagas mensais para adolescentes do sexo feminino entre 12 a 18 anos incompletos, obrigando-se o MUNICÍPIO somente ao pagamento daquelas que forem efetivamente ocupadas, objetivando o tratamento e recuperação de pacientes com quadro de dependência química.

A Comunidade Terapêutica deverá oferecer os seguintes serviços:

- a) Avaliação e atendimento médico (clínico geral) e psiquiátrico;
- b) Disponibilização de Grupoterapia com frequência semanal e atendimentos individuais com profissional da psicologia;
- c) Realização de atendimento e acompanhamento aos familiares;
- d) Disponibilização de atendimento de enfermagem 24h;
- e) Disponibilização de profissional do serviço social;
- f) Disponibilização de Serviço de Nutrição;
- g) Realização de atividades ocupacionais, físicas e de lazer;
- h) Disponibilização de agentes capacitados para o trato com dependentes químicos;
- i) Preparação para sequência de tratamento pós-alta;
- j) Disponibilização de parceria com laboratórios de análises clínicas, se necessário;
- k) Disponibilização de Serviço de hotelaria completa, com no mínimo três refeições diárias;

- l) Administração de medicação aos pacientes que forem encaminhados com prescrições médicas e respectivos medicamentos;
- m) Disponibilização de monitores e coordenadores;
- n) Condução, no caso de intercorrências clínicas dos pacientes, para consultas médicas básicas e especializadas, se necessário.

Todos os serviços prestados deverão estar de acordo com a RDC 101, de 30/05/01. A CONTRATADA deve estar devidamente licenciada pela Autoridade Sanitária competente e de acordo com as exigências desta e da ANVISA.

A CONTRATADA deverá fornecer todo o material, espaço-físico, recursos humanos e equipamentos necessários para a execução dos serviços, sendo a única e exclusiva responsável pelos mesmos.

A CONTRATADA deverá receber os usuários que aceitarem fazer o tratamento voluntariamente, bem como também àqueles compulsoriamente encaminhados por ordem judicial.

O período de internação dos pacientes não deverá exceder 90 (noventa) dias, incluindo a fase de desintoxicação dos mesmos;

O projeto terapêutico individual deverá contemplar os 90 (noventa) dias de internação.

Nos dias de visita a CONTRATADA deverá solicitar aos familiares comprovante de participação dos mesmos em grupos de orientação e apoio;

Caso ocorra evasão dos pacientes ou quaisquer outras intercorrências, a CONTRATADA deverá informar imediatamente e de maneira formal o CAPS e os familiares;

Todos os casos de pacientes com internações compulsórias que evadirem-se da Comunidade Terapêutica, a CONTRATADA deverá efetuar o boletim de ocorrência junto à Delegacia de Polícia de referência.

Pelos serviços prestados, a CONTRATADA receberá a importância máxima de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por dia de internação de cada paciente.

Nos valores contratados já estão inclusos os custos da triagem (processo de exames que o paciente é submetido quando da sua baixa).

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, conforme o número de internados e serviços efetuados, mediante autorização do setor competente (SMS), atestando que os serviços foram realizados conforme o solicitado, de acordo com os critérios e normas estabelecidos no presente contrato e na RDC 101 de 30/05/01.

Caberá a Secretaria Municipal da Saúde a fiscalização da execução dos serviços prestados.

Os valores contratados são fixos, não admitindo reajuste sob qualquer título.

A Comunidade Terapêutica deverá se limitar a Centros de tratamento com uma distância de até 300 km do município de origem.

O descumprimento das cláusulas deste contrato sujeitará a empresa às penalidades aqui previstas, não excluindo as sanções previstas nas normas da ANVISA, com relação às disposições da RDC nº 101/01.

Os encargos sociais, fiscais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, tributários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto do contrato são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

O MUNICÍPIO poderá aplicar à CONTRATADA multa moratória e multa por inexecução contratual.

a) MULTA MORATÓRIA - A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado ou descumprimento dos prazos estipulados para realização dos compromissos assumidos, sendo de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor global do contrato, até o máximo de 05 (cinco) dias de

atraso, sendo que após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA as penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

b) MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL – A multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, a ser aplicada pela inexecução do objeto contratual ou pela execução em desacordo com as exigências deste contrato e da legislação aplicável, concedido prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação, sendo que depois de expirado esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA as penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Além das multas, o MUNICÍPIO poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações.

A CONTRATADA deverá durante toda a vigência do presente contrato manter todas as condições de habilitação exigidas no Processo Administrativo nº 162.654/12.

São causas para rescisão do contrato as previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O contrato será automaticamente rescindido pelo MUNICÍPIO nos seguintes casos:

I - reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos na legislação e no presente contrato;

II - falta grave, devidamente comprovada, depois de garantido o contraditório e a ampla defesa;

III - paralisação ou abandono total ou parcial dos serviços, ressalvado as hipóteses de caso fortuito ou força maior;

IV - descumprimento dos prazos contratuais;

V – execução dos serviços de forma inadequada;

VI – descumprimento das penalidades impostas pelo MUNICÍPIO;

VII - incidência nas demais hipóteses do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

§ 2º - Não será permitida a subcontratação em hipótese alguma, sendo causa para rescisão contratual sem direito a qualquer indenização.

13ª - A CONTRATADA reconhece todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14ª - Em caso de reclamação, a CONTRATADA deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, sempre via protocolo de entrega.

15ª - A CONTRATADA é única e exclusivamente responsável pelas consequências decorrentes de acidentes de trabalho eventualmente sofridos por seus empregados.

Parágrafo Único: Tal responsabilidade refere-se a todos os termos e consequências que possam advir de um acidente de trabalho.

16ª - A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosamente prejudicar o MUNICÍPIO.

17ª - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18ª - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação do orçamento em execução:

Secretaria Municipal da Saúde

6.008 – Assistência Médica à População

33903900- Outros serviços de terceiros – PJ - 4745

19ª - As partes elegem o Foro desta Comarca de Vacaria, RS, para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento.